

Uma análise da política de atração de investimentos na Bahia na década de 90*

Fabiana Karine Pacheco dos Santos**

Resumo

Na estruturação deste artigo objetivou-se analisar as políticas de atração de investimentos adotadas pelo governo da Bahia na década de 90 e o impacto dessas políticas para o parque industrial do estado, partindo para uma análise tanto dos investimentos realizados desde 1999-2006 como dos previstos 2007-2011. Para tanto, foi feita uma caracterização do processo de desenvolvimento industrial do estado da Bahia, bem como a relação desse processo com o mecanismo da guerra fiscal, o instrumento utilizado pelos governos subnacionais para a atração de investimentos fiscais mediante a concessão de benefícios fiscais. Ao final, tem-se a conclusão sobre a importância das possíveis mudanças no parque industrial e na estrutura produtiva ocorridas no estado proporcionadas por estes investimentos industriais.

Palavras-chave: Investimentos industriais; Incentivos fiscais; Bahia.

Abstract

The objective of this article was to analyze the policies for attracting investments, adopted by the Bahia's government in the 90's, and the impact of these policies for the state's industrial sector, leading to an analysis of the investments carried out from 1999 to 2006 and the ones forecasted for the period between 2007 and 2011. To do this, a characterization of the industrial development process was made for the state of Bahia. The relation this process had with the mechanism of fiscal war, the instrument used for the states governments to attract fiscal investments by the concession of tax benefits, was also established. Finally, there is a conclusion about the importance of possible changes within the industrial sector and productive structure, which occurred in the state as a result of industrial investments.

Key words: Industrial investments; Tax benefits; Bahia.

UMA ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS NO ESTADO DA BAHIA

A Bahia, atualmente, encontra-se como a sexta economia do país e responde por cerca de um terço da atividade econômica do Nordeste. A economia do estado, ao ter atingido certo grau de complexidade produtiva, que o coloca como o mais importante fora do eixo Sul-Sudeste, vem passando por um processo de transformação cujas principais características são a gradativa verticalização e a densificação produtiva. A elevação do peso da produção de bens finais em importantes cadeias industriais e o maior

grau de inter-relações setoriais constituem os aspectos mais visíveis das mudanças que vêm ocorrendo na economia baiana.

O novo processo de expansão e modernização das bases produtivas envolve políticas diversas, destinadas a otimizar o desempenho de setores da economia. O avanço da economia baiana no contexto desses novos paradigmas passa necessariamente por um processo de mudança do perfil das bases produtivas. Até então provedor de bens intermediários, o estado esforça-se para integrar suas cadeias produtivas, de modo a transformar-se em um centro produtor de bens de consumo (MENESES, 2000).

As transformações observadas a partir da estabilização da economia brasileira e do processo de

* A autora agradece a colaboração do Professor Doutor Paulo Balauro.

** Economista e Técnica em Contabilidade Econômica da SIEL, fabiana@sel.ba.gov.br

globalização da economia mundial introduziram novos parâmetros de desempenho e competitividade. Dessa forma, no início da década de 1990, os estados começaram a oferecer vantagens competitivas - entendidas como condições necessárias de infra-estrutura, mão-de-obra qualificada e uma consistente política de incentivos -, para possibilitar a atração de investimentos.

Com a Constituição de 1988, buscou-se acelerar o processo de descentralização fiscal e ampliou-se a autonomia financeira de estados e municípios na cobrança de seus tributos e na elaboração de seus orçamentos.

Como resultado, verificou-se uma melhora significativa da receita estadual, o que acabou proporcionando a prática de benefícios fiscais. Contudo, com a crise econômica do início dos anos de 90, devido à abertura comercial que provocou a diminuição do ritmo de crescimento da economia, essas políticas não foram suficientes para estimular o investimento.

Os programas de atração criados nesse período por muitos estados, inclusive a Bahia, só apresentaram algum impacto a partir de 1994, quando, com a estabilização da economia, o fluxo de investimento interno e externo foi retomado no país. Com a intenção de atrair as oportunidades geradas pelo movimento mundial do capital produtivo, muitos estados brasileiros alteraram a natureza dos instrumentos de captação de investimento, sobretudo os mecanismos relacionados aos orçamentos estaduais, como a renúncia fiscal.

Como resultado, as recentes políticas estaduais de desenvolvimento industrial, cujas dimensões são dadas pela "guerra fiscal", pressupõem a capacidade de induzir novos investimentos, bem como de determinar sua localização espacial. Tais incentivos possibilitam, com certo limite, a migração do capital produtivo para outras regiões, fora do eixo tradicional de industrialização, propiciando transformações na estrutura produtiva, além de mudanças na pauta das exportações e desconcentração da produção nacional.

Observa-se que a atual política de atração de investimentos tem recorrido a operações fiscal-financeiras, correspondendo a negociações individuais de um conjunto de vantagens que envolvem aspectos da inversão

e benefícios concedidos. A efetividade dessas operações depende, sobretudo, do poder de gasto dos Governos Estaduais - dado por suas condições orçamentárias, para a realocação da receita própria nos gastos com benefícios -, e da disponibilidade de

As recentes políticas estaduais de desenvolvimento industrial, cujas dimensões são dadas pela "guerra fiscal", pressupõem a capacidade de induzir novos investimentos, bem como de determinar sua localização espacial

fontes diretas de financiamento ou acesso a fontes federais e internacionais de crédito. Para tanto, analisando dinamicamente, um programa de incentivos bem-sucedido deve gerar um conjunto de impactos diretos e indiretos sobre a ren-

da local, principalmente de empresas subsidiárias, fornecedoras de componentes e equipamentos, prestadores de serviços, dentre outras.

Analisando especificamente o caso da Bahia, cujos benefícios fiscais e financeiros, oferecidos no auge do processo de atração de novos empreendimentos, mostram-se algumas vezes mais vantajosos e agressivos que os oferecidos por outras regiões, verifica-se que os instrumentos estaduais para induzir a implantação de unidades produtivas envolvem uma combinação entre fatores sistêmicos e, sobretudo, fatores especiais. Estes últimos, em sua maioria, estão relacionados ao orçamento estadual aprovado pela Assembléia Legislativa, com renúncia fiscal prevista. Mais especificamente, essas vantagens ocorrem no âmbito do ICMS, referindo-se ao financiamento do capital fixo ou capital de giro das empresas.

PROGRAMAS ESTADUAIS PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS NA BAHIA

A partir da década de 90, observaram-se políticas de desenvolvimento regional, especificamente para o setor industrial, implementadas pelo governo estadual. Essas políticas tiveram como objetivo a atração de empreendimentos e a diversificação e interiorização da matriz industrial destinada especialmente às empresas cujos produtos tivessem maior valor agregado. Para que ocorresse esse feito, seria necessária uma tentativa de saneamento das contas públicas, para viabilizar a criação de programas de incentivos fiscais (GUERRA; GONZALES, 2001).

Atualmente, o estado caracteriza-se por apresentar uma forte política de incentivos à implementação

ou ampliação de investimentos em vários segmentos industriais, por meio da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), proporcionando uma ampla oferta de benefícios nas seguintes modalidades: benefícios fiscais, concessões financeiras diferenciadas, incentivos para a infra-estrutura e outros (mão-de-obra especializada). O governo da Bahia oferece incentivos com o objetivo de atrair vários tipos de negócios, por meio da implementação de programas que visem ao desenvolvimento industrial do Estado.

Instituído em 1991, o Programa de Promoção de Desenvolvimento da Bahia (PROBAHIA) teve como objetivo diversificar a malha industrial do estado, estimular a transformação de recursos naturais, interiorizar o processo de industrialização e de reforço da capacidade tecnológica, assim como incrementar a qualidade e a produtividade da indústria na Bahia.

O programa possui uma ampla abrangência, sendo destinado às indústrias em geral, agroindústrias, empresas de mineração, empresas de turismo e de produção de energia elétrica. O financiamento foi concedido com recursos do Imposto sob Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), gerado pela produção da empresa para implantação e ampliação de plantas industriais. A Região Metropolitana de Salvador foi utilizada como referência geográfica no tocante ao volume do incentivo, além de seus próprios atrativos: um grande mercado consumidor, disponibilidade de infra-estruturas, mão-de-obra especializada, dentre outros. Todavia, se o volume aplicado no empreendimento fosse superior a R\$ 400 milhões, a referência geográfica desapareceria como parâmetro para o benefício, podendo o parque industrial ser ins-

talado em qualquer parte do território baiano (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2004).

Pode-se observar na Tabela 1 a evolução dos projetos de investimentos aprovados pelo PROBAHIA entre 1992 e 2001. Nesse período, o volume de investimentos previstos para implantação de unidades industriais, ampliação e modernização das atividades produtivas e reativação alcançou US\$ 3,3 bilhões, com a projeção de uma geração de aproximadamente 42,5 mil empregos diretos. Desses investimentos, previa-se a geração de ICMS da ordem de US\$ 3,4 bilhões.

Nesse contexto, por exemplo, foram criados incentivos especiais (por meio da isenção de ICMS) para a implantação de unidades industriais do setor de informática, eletrônica e telecomunicações no Distrito Industrial de Ilhéus (Litoral Sul), que vigoraram de 1995 a 2001. Essa política teve como objetivo a diversificação econômica regional e a redução do desemprego vigente, possibilitando a atração de unidades produtivas e a criação do Pólo de Informática no município. Até 2001 o pólo de informática já concretizou investimentos da ordem de R\$ 19,8 milhões e gerou mais de mil empregos diretos.

Na Bahia, os investimentos em ampliação do setor de plásticos, realizados no período 1992/99, inserem-se num contexto de reestruturação, com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva e modernizar o parque já existente. Diante deste quadro, o governo da Bahia, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia, criou o Programa de Incentivo à Transformação Plástica (BAHIAPLAST), em 1998, que visava fomentar o desenvolvimento da indústria de transformação plástica no território

Tabela 1
Projetos aprovados pelo PROBAHIA, 1992-2001

Ano	Nº de projetos	Mão de obra*	Informações sócio-econômicas		
			US\$ mil investimentos	Geração de ICMS	Financiamento
1992	25	3.904	409.700	386.531	183.817
1993	31	1.597	189.469	170.536	84.280
1994	44	3.430	390.501	199.570	75.306
1995	24	1.159	51.616	97.142	35.954
1996	31	4.709	342.419	405.735	138.226
1997	17	1.000	341.295	402.914	164.014
1998	51	19.393	826.181	495.883	216.113
1999	26	4.086	251.153	263.757	115.886
2000	10	2.346	427.414	740.239	346.144
2001	14	853	79.748	300.073	118.427
Total	273	42.477	3.309.496	3.462.380	1.478.167

Fonte: SICM

*Geração de emprego direto

baiano, por meio da concessão de créditos que contribuíssem para a redução da carga fiscal do ICMS em relação à produção (FGV, 2004). Desde 1998 as empresas instaladas na RMS já investiram um volume de recursos da ordem de R\$ 260 milhões, gerando mais de 3 mil postos de trabalho.

Com relação aos chamados bens de consumo final, destaca-se a produção de calçados e seus componentes, como bolsas e cintos, beneficiada pela Aliança Pró Modernização Logística do Comércio Exterior (PROCOMEX). Esta iniciativa visa fomentar a produção para exportação, especialmente do setor de calçados e seus componentes. Neste segmento mais de 40 empresas, em sua maioria oriundas do sul do país, já se instalaram, formando parques industriais no estado, como no distrito industrial de Itapetinga. Atraídas pelos benefícios (incentivos fiscais e mão-de-obra de baixo custo), implantaram-se unidades fabris no interior do estado, como Azaléia, Kildare, Daiby, Ramarim, Dilly, Via Uno, Bibi NE, Piccadilly, dentre outras. Em conjunto, as empresas que formam o pólo calçadista já agregam 47 fábricas, onde foram concretizados investimentos da ordem de R\$ 480 milhões, segundo os dados da SICM.

Desde algum tempo o governo da Bahia vem tentando atrair empresas/montadoras do setor automobilístico, cuja cadeia é bastante ramificada. Diversos setores participam da cadeia, como plástico, eletrônica etc., sendo uma indústria muito cobiçada pelos estados, dadas as externalidades que dela advêm, destacando-se: o aumento de impostos e de postos de trabalho, a criação de receita, a transferência de tecnologia.

Este fato pôde ser realizado pelo Regime Automotivo Especial, destinado às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, instituído pela Lei Federal nº 9.440. Paralelamente, o governo estadual implantou o Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (PROAUTO) - Lei n. 7537, de 28 de outubro de 1999 - que concedeu incentivo fiscal e de infra-estrutura para as montadoras e as fabricantes de autopeças. Além disso, outra Lei Federal (nº 9.826) concedeu benefício, reduzindo 32% do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). (LOPES, 1999). Estes fatos impulsionaram sobremaneira a vinda da Ford para o estado.

Em 1999, após uma negociação demorada, que

envolveu vários governos estaduais interessados na transação, a Ford decidiu instalar sua nova fábrica brasileira em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, um investimento estimado em US\$ 1,2 bilhão, incluindo US\$ 661,2 milhões provenientes das 30 empresas fornecedoras (principais e secundárias) da Ford. Amplos foram os incentivos concedidos, por se tratar de um investimento estruturante.

Além desses Programas de benefícios fiscais e financeiros, destacaram-se o Programa de Incentivo à Produção Têxtil e de Confecções (PROFIBRA), o extenso (PRONAÚTICA) e o Programa Estadual de Desenvolvimento da Mineração, da Metalurgia e da Transformação do Cobre (PROCOBRE). Este último visava à implantação de indústrias produtoras de bens que utilizassem o cobre como insumo principal. Este programa beneficiou a produção de cobre laminado pela Caraíba Metais.

Já o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (DESENVOLVE), criado em 2002, veio substituir os programas anteriores de benefícios fiscais setoriais, bem como procurar ampliar os objetivos propostos. Tais objetivos, que são de longo prazo, prevêem a complementação e diversificação da matriz industrial e agroindustrial do Estado, mediante as seguintes diretrizes: fomento à instalação de novos empreendimentos industriais ou agroindustriais e à expansão, reativação ou modernização dos já instalados; desconcentração espacial dos adensamentos industriais e formação em regiões com menor desenvolvimento socioeconômico; integração e verticalização das cadeias produtivas e geração de emprego e renda; desenvolvimento tecnológico dos processos produtivos e assimilação de novas tecnologias; interação da empresa com a comunidade em que pretenda atuar; geração de novos produtos/processos e redução de custos dos já existentes; prevenção dos impactos ambientais dos projetos e o relacionamento da empresa com o ambiente (BAHIA, 2002).

Dentro do atual programa estadual de incentivos fiscais, no período entre abril de 2002 a fevereiro de 2003, foram aprovados projetos de 29 empresas, com um volume de investimentos de US\$ 610,3 milhões e geração prevista de 3,6 mil empregos diretos.

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS CONCRETIZADOS NO ESTADO DA BAHIA - 1999-2006

Os Investimentos Industriais realizados no estado da Bahia no período entre 1999-2006 já somam um volume da ordem de R\$ 38 bilhões, proveniente de empresas de pequeno, médio e grande porte. O grande volume de recursos foi destinado à implantação de unidades industriais (54,3%) e a ampliação de unidades já existentes (45,5%). Nesse período foram gerados mais de 153 mil postos de trabalho (empregos diretos).

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos e realizados para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela

Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no Estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas.

Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido principalmente junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) por meio dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Tabela 2
Investimentos industriais realizados, por atividade econômica, Bahia, 1999-2006

Atividade econômica	Volume (R\$)	%	Emprego direto	%
Agroindústria	5.041.000	0,0	30	0,02
Alimentos e bebidas	1.713.905.024	4,5	27.794	18,05
Artefatos de couro e calçados	846.043.252	2,2	40.536	26,33
Borracha e plástico	1.937.148.549	5,1	10.756	6,99
Construção	587.000.000	1,5	1.800	1,17
Edição, impressão e gravações	8.500.000	0,0	56	0,04
Eleticidade, gás e água quente	1.547.236.000	4,0	193	0,13
Equip. médicos, ópticos, de automação e precisão	35.446.491	0,1	1.685	1,09
Ext. de minerais não metálicos	20.000.000	0,1	20	0,01
Ext. de petróleo e serviços correlatos	313.400.000	0,8	-	0,00
Fab. e montagem e veículos automotores	3.515.000.000	9,2	5.000	3,25
Fumo	13.974.260	0,0	280	0,18
Máq. escritório e equip. informática	81.476.843	0,2	2.989	1,94
Máq. aparelhos e materiais elétricos	58.100.000	0,2	780	0,51
Máq. e equipamentos	431.658.876	1,1	3.370	2,19
Mat. eletrônico e equip. de comunicações	143.872.470	0,4	2.554	1,66
Metalurgia básica	891.064.463	2,3	1.594	1,04
Minerais não metálicos	610.043.381	1,6	5.266	3,42
Móveis e indústrias diversas	330.711.923	0,9	11.158	7,25
Outros equip. de transporte	16.890.370	0,0	570	0,37
Papel e celulose	16.226.204.350	42,5	13.380	8,69
Peças e acessórios veículos automotores	374.579.726	1,0	1.625	1,06
Pesca, aquicultura	45.500.000	0,1	3.100	2,01
Petróleo e derivados	25.034.860	0,1	418	0,27
Produtos de madeira	459.175.484	1,2	399	0,26
Produtos de metal - exclusive máq. e equipamentos	400.564.757	1,0	1.328	0,86
Produtos químicos	6.666.315.212	17,4	5.914	3,84
Reciclagem	37.654.500	0,1	291	0,19
Têxtil	769.590.742	2,0	5.982	3,89
Vestuário e acessórios	87.083.339	0,2	3.082	2,00
Sem classificação	21.000.000	0,1	2.000	1,30
Total	38.219.213.852	100,0	153.950	100,00

Fonte: SICM; Elaboração: CAC/SEI. Dados preliminares, sujeitos a retificação. Dados coletados até 28.04.07

Esses empreendimentos, em sua maioria, concretizaram-se a partir de implantação de novas plantas industriais, que totalizou R\$ 20 bilhões em investimentos, seguidos das empresas que ampliaram suas plantas, cujo total investido chegou a R\$ 17 bilhões. Por eixo de desenvolvimento econômico, a maioria deles se direcionou para o Eixo Metropolitano (R\$ 18,3 bilhões), tendo gerado em torno de 49 mil empregos diretos, e para o Eixo Extremo Sul (R\$ 14,6 bilhões e 14 mil empregos). No que se refere às principais atividades econômicas por maior volume investido e principais empresas, pode-se observar, na Tabela 2, que o setor de *papel e celulose* abarca um volume de investimentos realizados da ordem de R\$ 16,2 bilhões, o que representa uma participação de 42,5% em relação ao total. Esses investimentos estão em sua maioria concentrados no eixo de desenvolvimento econômico do Extremo Sul, que abarca grandes empreendimentos como a Aracruz Celulose, Bahia Sul Celulose e a Veracel Celulose, os quais estão principalmente localizados nos municípios de Eunápolis e Mucuri. Nestas localidades, a geração de empregos diretos chegou a 10 mil postos de trabalho.

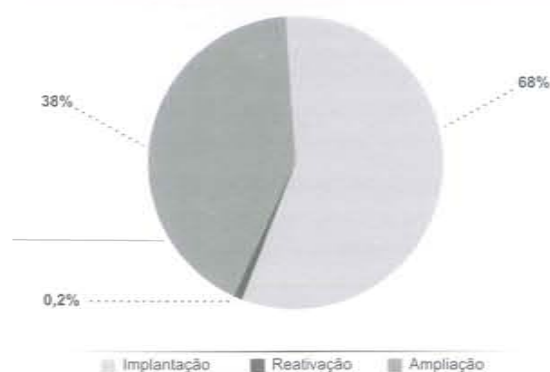
Destaca-se também o setor de *fabricação e montagem de veículos automotores*, com um volume de investimentos de R\$ 3,5 bilhões e a geração de 5 mil empregos diretos. Esse setor é representado pelo Complexo Automotivo Ford, localizado no município de Camaçari, no eixo Metropolitano e representa 9,2% do total de inversões do estado. Esse complexo engloba empresas sistêmicas que formam um condomínio, as quais dão suporte à produção de automóveis da Ford.

Além desses, destaca-se o setor de *produtos químicos*, que investiu ao longo desse período um volume de cerca de R\$ 7 bilhões, cuja participação em relação ao total representa 17,4% das inversões. A maior parte desses investimentos está localizada no eixo Metropolitano, envolvendo os municípios de Salvador, Camaçari - com o Pólo Petroquímico de Camaçari - e Simões Filho, cujo destino principal das plantas industriais é o Centro Industrial de Aratu (CIA). Neste setor, encontram-se grandes empreendimentos como a Braskem, Monsanto, Dow Química e Millenium, dentre outras que o representam na composição desse investimento.

ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA - 2007-2011

Os investimentos industriais anunciados para o Estado da Bahia já somam R\$ 13,2 bilhões, para os próximos quatro anos (2007-2011), com previsão de gerar 55 mil empregos diretos e contabilizando 415 empresas com a intenção de implantar e/ou ampliar suas plantas industriais. Em relação à situação dos empreendimentos, a maioria será para implantação de novas plantas industriais no estado, chegando a 68%; para ampliação de plantas já existentes, alcança 38%. No que tange à reativação de plantas industriais, o percentual é bem pequeno, chegando a 0,2% da intenção de investimento no estado.

Gráfico 01
Participação dos investimentos industriais previstos por situação, Bahia, 2007/2011



Fonte: SICM/Jornais Diversos

A concentração desses investimentos se dá em três dos treze eixos de desenvolvimento econômico do estado para o período citado. Atualmente, o eixo do Planalto Central está alocando a maior parcela dos investimentos previstos para o estado, chegando a R\$ 3,7 bilhões, o que, em sua maior parte, deve-se à pretensão de instalação de uma empresa de mineração. A participação desse setor em relação ao total é de 26,6% e a previsão é de gerar 1.425 mil empregos diretos. O Eixo Metropolitano agrega um volume de aproximadamente R\$ 3,6 bilhões para o mesmo período de maturação, com participação de 26,7% em relação ao total, o qual concentra o maior número de empregos a serem gerados (21.849 mil empregos) no estado. No Extremo Sul, devido às atividades de papel e celulose, registra-se também um volume considerável de investimentos previstos com a intenção de ampliarem e/ou

implantarem plantas industriais. O montante chega a R\$ 3,3 bilhões em investimentos previstos com pretensão de gerar 2 mil postos de trabalho.

No que se refere às atividades econômicas previstas para gerar maior volume de investimentos, têm-se que o segmento de *minerais não-metálicos* participa com 28,4%, o que representa em termos absolutos R\$ 3,9 bilhões em inversões. Essa atividade deve gerar em torno de 4,3 mil novos postos de trabalho, destacando-se o grande empreendimento Bahia Mineração, que se localizará no município de Caetité, a Cia Brasileira Cimento (CBC), em Ituaçu, e a Ceramus Bahia S/A (Grupo Eliane S/A), em Camaçari. Esses empreendimentos juntos movimentarão um volume de investimentos em torno de R\$ 3,7 bilhões e deverão gerar 1,6 mil postos de trabalho.

Destaca-se também a atividade de *papel e celulose*, devendo movimentar cerca de R\$ 3,0 bilhões, o que representa uma participação de 22,6% em relação ao total de investimentos previstos, podendo gerar 5,8 mil empregos diretos. Nesse setor as empresas com maior intenção de investir são: Bahia Sul Celulose, com ampliação de sua planta localizada em Mucuri, e as empresas de embalagem de papel, Embalagens Carton Pack, em Ibicaraí, e a IBP / Indústria de Papéis da Bahia Ltda., com intenção de ampliar sua fábrica no município de Santo Amaro.

Outro setor de relevância em relação a volume de investimento a ser captado para o estado é *produtos químicos*, no qual espera-se uma inversão de R\$ 1,6 bilhões, o que representa uma participação de 11,6%

do total. Além disso, o setor pretende gerar 5,8 mil empregos diretos. Destacam-se aí as empresas Braskem e a Oxiteno Nordeste S/A Indústria e Comércio, ambas em Camaçari e com previsão de ampliar sua produção, a Brasil Biodiesel, com a implantação de uma usina produtora de biodiesel, e a Companhia de Carbonos Coloidais (CCC), com intenção de se instalar em Candeias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num contexto de mudança institucional, em que se observa a fragmentação da política de desenvolvimento regional, com menor importância do Governo Federal e das Empresas Estatais, e abertura da economia, acirrando a concorrência, aumenta a necessidade de empresas buscarem ganhos em eficiência via redução de custos. Entre as estratégias utilizadas, destaca-se a realocação de empresas, em busca de menores custos de mão-de-obra ou logísticos (sobretudo, decorrentes da queda do frete de matéria-prima versus do produto final e apropriação de incentivos fiscais).

Nesse contexto, a guerra fiscal (autonomia financeira) tem sido utilizada pelos estados da federação como política de desenvolvimento regional, tendo como objetivo primordial a diversificação da matriz industrial, promovendo a desconcentração regional, a partir das novas unidades industriais e ampliação e modernização das já existentes, bem como a geração de emprego e renda.

Tabela 3
Investimentos industriais previstos por eixo de desenvolvimento, Bahia, 2007-2011

Eixo de desenvolvimento	Volume (R\$)	%	Emprego direto	%
A definir	640.049.667	4,7	3.919	7,0
Baixo Médio São Francisco	48.239.375	0,4	470	0,8
Chapada Norte	88.334.902	0,6	1.139	2,0
Chapada Sul	3.745.982	0,0	199	0,4
Extremo Sul	3.371.212.874	24,7	2.078	3,7
Grande Recôncavo	945.127.880	6,9	8.449	15,2
Irecê de São Francisco	22.193.000	0,2	357	0,6
Mata Atlântica	662.812.970	4,9	6.369	11,4
Médio São Francisco	3.000.000	0,0	100	0,2
Metropolitano	3.635.605.332	26,6	21.847	39,2
Nordeste	15.536.622	0,1	671	1,2
Oeste do São Francisco	253.154.213	1,9	1.385	2,5
Planalto Central	3.650.918.086	26,7	1.425	2,6
Planalto Sudoeste	314.061.562	2,3	7.329	13,1
Total	13.653.992.465	100,0	55.737	100,0

Fonte: SICM/Jornais diversos

Tabela 4
Investimentos industriais previstos por setor de atividade econômica, Bahia, 2007-2011

Atividade econômica	Volume (R\$)	%	Emprego direto	%
Alimentos e bebidas	1.169.178.896	8,6	9.263	16,6
Artefatos de couro e calçados	91.791.285	0,7	8.237	14,8
Borracha e plástico	618.553.449	4,5	6.743	12,1
Construção	120.000.000	0,9	90	0,2
Eletricidade, gás e água quente	1.126.948.753	8,3	1.158	2,1
Equip. médicos, ópticos, de automação e precisão	239.657	0,0	42	0,1
Ext. de minerais metálicos	450.000.000	3,3	450	0,8
Fumo	38.913.265	0,3	460	0,8
Máq. escritório e equip. informática	32.580.857	0,2	2.017	3,6
Máq. aparelhos e materiais elétricos	13.766.693	0,1	150	0,3
Máq. e equipamentos	20.900.303	0,2	465	0,8
Mat. eletrônico e equip. de comunicações	109.529.656	0,8	1.752	3,1
Metalurgia básica	147.877.274	1,1	852	1,5
Minerais não metálicos	3.877.428.611	28,4	4.338	7,8
Móveis e indústrias diversas	23.389.665	0,2	1.309	2,3
Outros	2.480.000	0,0	52	0,1
Outros equip. de transporte	158.728.294	1,2	1.100	2,0
Papel e celulose	3.091.055.580	22,6	2.165	3,9
Peças e acessórios veículos automotores	71.453.985	0,5	909	1,6
Pesca, aquíicultura	49.615.415	0,4	2.225	4,0
Petróleo e derivados	18.213.532	0,1	174	0,3
Produtos de metal - exclusiva máq. e equip.	33.547.626	0,2	383	0,7
Produtos químicos	1.582.806.288	11,6	5.862	10,5
Têxtil	703.296.870	5,2	2.083	3,7
Vestuário e acessórios	101.696.510	0,7	3.458	6,2
Total	13.653.992.465	100,0	55.737	100,0

Fonte: SICM/Jornais diversos

Desta forma, o estado da Bahia fez uso deste instrumento - os incentivos fiscais - para atrair novos investimentos industriais, com o objetivo de ampliar o parque industrial do estado e diversificar as cadeias produtivas.

Observa-se, contudo, uma outra realidade com a vinda desses investimentos. Concentram-se ainda na RMS e são acompanhados de uma limitação da fixação das cadeias produtivas e ordenamento industrial; ou seja, a interiorização limitada não propicia uma ampla distribuição espacial da indústria, de modo que venha a favorecer um desenvolvimento econômico uniforme no estado, com a atuação de empresas que possam suprir as necessidades econômicas das muitas regiões ainda isoladas, quando se trata de desenvolvimento econômico e social em comparação com a região metropolitana de Salvador. Mesmo com a instalação de empresas em outros Eixos de Desenvolvimento do estado, como Extremo Sul e Planalto Central, ainda não se configura uma aglomeração de empresas que possibilitem um desenvolvimento dos municípios envolvidos nesses e

em outros eixos de desenvolvimento econômico em todos os aspectos.

Constata-se ainda que os investimentos anunciados e realizados concentram-se, em sua maioria, nas indústrias de capital intensivo, principalmente de bens intermediários. É indubitável a necessidade de captação de um número maior de indústrias voltadas principalmente para a produção de bens finais e que levem à maior diversificação do parque industrial baiano, proporcionando crescimento econômico, e não pontual, e, concomitantemente, desenvolvendo uma mão-de-obra mais especializada e atrelada ao uso da tecnologia.

Por outro lado, torna-se evidente que a concessão de incentivos trouxe benefícios para a economia do estado com a instalação de algumas empresas de grande porte fora do eixo metropolitano e de outras de pequeno e médio porte voltadas para produção de bens finais, o que leva a uma maior geração de empregos e desenvolve o comércio local, proporcionando um efeito multiplicativo para o desenvolvimento da economia do estado.

Espera-se que essa política de incentivos fiscais e outras políticas industriais que venham a ser desenvolvidas pela esfera estatal proporcionem o começo de um novo ciclo de desenvolvimento econômico e regional, voltado, especialmente, para tentar minimizar as desigualdades regionais existentes, mediante políticas industriais concretas, baseadas e adequadas à realidade das diversas regiões do estado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Abadia. Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automotivo. 2001. Tese (Mestrado em Economia)-Unicamp, Campinas, SP, 2001.

AMARAL FILHO, Jair. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. Revista Planejamento e Políticas Públicas, Rio de Janeiro, n. 23, jun. 2001.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.30, n. 2 abr./jun.1999.

ATIVIDADES industrial estimula o crescimento econômico do estado. PIB Produto Interno Bruto Estadual (Anual). Salvador: SEI, 2003. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2007.

BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio e Mineração. Programas de incentivos fiscais. Salvador, 2002. Disponível em: <www.sicm.ba.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2002.

BAHIA. Secretária do Planejamento Ciência e Tecnologia. A indústria calçadista na Bahia. Salvador: SEPLANTEC, 2000. (Séries de estudos estratégicos, n. 2). p. 27-42. Disponível em: <www.seplantec.ba.gov.br>. Acesso em: 08 fev. 2004.

_____. Bahia de todos os tempos: plano plurianual 2000-2003. Salvador: SEPLANTEC, 1999. 259 p. Disponível em: <www.seplantec.ba.gov.br>. Acesso em: 04 dez. 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório Anual 2003, v. 39. Disponível em: <www.bacen.ba.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2007.

CARNEIRO, Roberto; VIEIRA, Luiz. Reestruturação, produtividade e impactos da abertura comercial. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. A indústria baiana nos anos 90. 1997. 114 p. (Séries estudos e pesquisas, 37).

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. Economia e Sociedade, Campinas, n. 8, jun. 1997.

FERNANDES, Cláudia Monteiro. Visão geral da indústria baiana nos anos 90. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Dez anos de economia baiana. Salvador: SEI, 2002. p. 53-64. (Estudos e pesquisas, 57).

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Políticas estaduais de apoio ao investimento no Brasil - Estado da Bahia. Lisboa: GEPE/

ICEP, 2000. Disponível em: <www.icep.pt/mercado/dossiers/baia.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2004.

GUERRA, Oswaldo; GONZALEZ, Paulo. Novas mudanças estruturais na economia baiana: mito ou realidade. Inserção internacional no nordeste - políticas de incentivo e transformações recentes. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.32, n. 3, p. 308-321, jul./set. 2001.

LOPES, Guilherme F. Estratégia governamental para o fomento automotivo. Conjuntura & Planejamento, Salvador, v.1, n. 66, p.1-9, nov. 1999.

MELO, Giovani; RODRIGUES JUNIOR, Waldery. Determinantes do investimento privado no Brasil: 1970-1995. Brasília: IPEA, 1998. (Texto para discussão, n. 605).

MENEZES, Vladson. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana. In: BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Tendências da economia baiana. Salvador: SPE, 2000. p. 23-54. (Estudos estratégicos)

PACHECO, Carlos Américo. Novos padrões de localização industrial?: tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, n. 633).

ROCHA, Alynson et al. Conjunturas brasileira e baiana em 2004. Bahia Análise & Dados: retrospectiva 2004 e perspectivas, Salvador, v. 14, n. 3, p. 423-437, dez. 2004.

_____. Retrospectiva 2005 da economia baiana e perspectivas. Bahia Análise & Dados: retrospectiva 2004 e perspectivas, Salvador: SEI, v. 15, n. 3, p. 201-214, dez. 2005. (no prelo)

RODRIGUES, Denise Andrade. Os investimentos no Brasil nos anos 90: cenários setorial e regional. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p.107-136, jun. 2000.

_____. O papel dos governos estaduais na indução dos investimentos: a experiência dos estados do Ceará, Bahia e Minas Gerais. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.151-174, dez. 1998.

RODRIGUES, Denise Andrade; MELO, Luciana Paiva. Uma análise dos anúncios de investimentos em 2000: aspectos setoriais e regionais. Estudos Especiais, Rio de Janeiro, jul. 2001.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. Bahia Análise & Dados: leituras da Bahia II, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jun. 2000.

UDERMAN, Simone. Estratégias de desenvolvimento regional: uma análise dos desembolsos do sistema BNDES para a Bahia nos anos 90. Salvador: SEPLANTEC/SPE, 2001. 44 p.

_____. Planejando o desenvolvimento industrial: considerações metodológicas sobre a formulação de políticas de intervenção na Bahia. In: AVENA, Armando (Org.). Bahia Século XXI. Salvador: SEPLANTEC/SPE, 2002.

VARSANO, Ricardo. A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 500).